

Projeto: Entre a Casa, as Ruas e as Instituições: crianças e adolescentes em situação de rua e as instituições de acolhimento no estado do Rio de Janeiro

Levantamento da Produção Acadêmica sobre Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (2000-2019)

Coordenação: Irene Rizzini (PUC-RIO/CIESPI - Apoio: FAPERJ/CNE)

Ficha

1) Referência – SAVI, Aline Eyng. Abrigo ou lar? Um olhar arquitetônico sobre os abrigos de permanência continuada para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. 2008. 181f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

2) Orientador – DISCHINGER- Marta.

3) Resumo – Ao longo da história social brasileira, a infância e a adolescência foram assistidas com princípios baseados na vigilância e repressão. Com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, assegura-se a proteção integral, a fim de viabilizar o desenvolvimento físico, psicológico e social pleno. Para tanto, criaram-se várias modalidades de atendimento, entre elas: a medida de abrigamento. O abrigo assiste crianças e adolescentes de ambos os sexos, entre zero e dezoito anos, não implica em reclusão, salvaguarda o direito à saúde, educação, moradia e alimentação, e assume, temporariamente ou não, o papel da família, porque responde pela transmissão dos valores de cidadania. Assim, faz-se necessário repensar o abrigamento para que, além da assistência às necessidades básicas para o desenvolvimento humano abordadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, haja qualidade de vida, possibilitada pela (re)construção das emoções nascidas das experiências da vida cotidiana num lar. A dissertação investiga, portanto, a problemática da medida de abrigamento de permanência continuada, observando quais aspectos do ambiente interferem na interação e apropriação espacial dos abrigados. O objetivo geral é elaborar critérios e diretrizes para os abrigos de permanência continuada, a partir dos parâmetros legal – prover de assistência básica e lar provisório – e psicossocial – promover recursos para a qualidade de vida. Os procedimentos metodológicos aplicados foram: Revisão de Literatura, Observação, Entrevista e o Jogo de Imagens e Palavras. A Revisão de Literatura e as Entrevistas estruturadas serviram de fundamentação teórica; a Observação e as Entrevistas não-estruturadas resultaram na Leitura Espacial das duas sedes do estudo de caso; e o Jogo coletou informações de fonte primária (crianças e adolescentes em medida de abrigamento nas sedes) acerca do espaço em que viviam. Na revisão de literatura, foram levantados os assuntos relevantes ao ambiente institucional, à importância do contexto ambiental no desenvolvimento humano e à Psicologia Ambiental, para o entendimento do comportamento espacial. O estudo de caso foi fundamentado na avaliação da categoria física (infra-estrutura arquitetônica dos ambientes das sedes da INSTITUIÇÃO do estudo de caso) e das dimensões comportamental (relações sociais promovidas pelas características espaciais) e ambiental (condições de conforto proporcionadas pelo espaço físico, a partir das variáveis: lumínica, térmica e acústica). Assim, a partir da sistematização dos dados obtidos na pesquisa teórica e empírica, são apresentados os critérios e diretrizes projetuais referentes não apenas aos aspectos legais, mas também psicossociais,

que visam ambientar o abrigo de permanência continuada conforme a ideia de lugar, livre de barreiras físicas e, principalmente, sociais.

4) Palavras-Chave - abrigo de permanência continuada; lar provisório; qualidade de vida.

Ficha construída a partir de trechos extraídos do texto original.